

# Sanção Aplicada

**Data da consulta:** 07/02/2023 15:45:26  
**Data da última atualização:** 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

## EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

<b>Cadastro da Receita</b> INOVA LASER E COMUNICACAO VISUAL LTDA - 28.480.081/0001-93 CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA	<b>Nome informado pelo Órgão sancionador</b> A F KULKA COMUNICAÇÃO	<b>Nome Fantasia</b> INOVA COMUNICACAO
---	--	---

## DETALHAMENTO DA SANÇÃO

<b>Cadastro</b> CEIS	<b>Categoria da sanção</b> SUSPENSÃO		
<b>Data de início da sanção</b> 08/09/2022	<b>Data de fim da sanção</b> 08/10/2025		
<b>Data de publicação da sanção</b> 20/10/2022	<b>Publicação</b> JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO SEÇÃO 1 PAGINA 14	<b>Detalhamento do meio de publicação</b> TERMO DE RESCISAO CONTRATUAL E APLICACAO DE PENALIDADE	<b>Data do trânsito em julgado</b> 08/09/2022
<b>Número do processo</b> 512/2022-88/2022	<b>Número do contrato</b> 512/2022-88/2022	<b>Abrangência definida em decisão judicial</b> NO ÓRGÃO SANCIONADOR	<b>Observações</b> PENALIDADE DE 12% SOBRE O VALOR DO CONTRATO.

## ÓRGÃO SANCIONADOR

<b>Nome</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE (RS)	<b>Complemento do órgão sancionador</b>	<b>UF do órgão sancionador</b> RS
---	---	--------------------------------------

## Fundamento legal

LEI 8666 - ART. 87, III - PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

---

#### ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.